IBERO ASSISTÊNCIA, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 67 160; identificação de pessoa colectiva n.º 501900659; número e data da inscrição: 22/050707.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2003.

Mais certifico que o parecer da revisão se traduz numa opinião sem reservas e com ênfase.

Está conforme o original.

3 de Maio de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Anita Rute do Nascimento Pires d'Aversa*.
2009916328

GERAÇÃO — CRIAÇÃO E PRODUÇÃO DE IMAGEM, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 46/19881007; identificação de pessoa colectiva n.º 502046970; número e data da inscrição: 12/20051209.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme o original.

5 de Maio de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.
2009752708

GRÃO D'AREIA — VESTUÁRIO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 6168/19960301; identificação de pessoa colectiva n.º 503593214; número e data da inscrição: 7/20051229.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme o original.

5 de Maio de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.
2005536105

LISBOA — 3.ª SECÇÃO**URQUAD — INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, S. A.**

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 3.ª Secção. Matrícula n.º 13 162; identificação de pessoa colectiva n.º 506374181; número e data da apresentação: 01/030203.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, a qual se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade, adopta a firma URQUAD — Investimentos Imobiliários, S. A.

ARTIGO 2.º

A sede da sociedade é na Rua de Castilho, 72, 2.º, E, em Lisboa, freguesia do Coração de Jesus e poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, por simples deliberação da administração.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto: construção civil; compra e venda de imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim; investimentos imobiliários; consultadoria, assessoria, auditoria e formação; gestão de lar de idosos e outros similares; indústria de hotelaria e turismo.

CAPÍTULO II**Capital, acções, obrigações e lucros****ARTIGO 4.º**

1 — O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinquenta mil euros, dividido e representado por dez mil acções ordinárias com o valor nominal de cinco euros cada uma.

2 — As acções serão ao portador, mas poderão ser nominativas, ou ao portador registadas, tituladas ou escriturais, e reciprocamente convertíveis, a pedido de qualquer accionista, a cargo de quem ficam as respectivas despesas de conversão.

3 — No entanto, a possibilidade de conversão fica dependente da autorização a prestar pela administração, que, para tanto, fica a dispor de plenos poderes.

4 — A sociedade poderá emitir todos os tipos de acções autorizados por lei.

5 — As acções serão representadas por títulos de 5, 10, 100 e 1000 acções.

ARTIGO 5.º

1 — A assembleia geral que deliberar aumento de capital decidirá quais as categorias de acções a emitir, sendo livre de estabelecer acções de todas as categorias permitidas por lei, incluindo acções preferenciais sem voto, até ao montante representativo de metade do capital.

2 — Nos aumentos de capital, a realização das entradas poderá ser diferida nos termos legais, conforme vier a ser fixado pela assembleia geral.

3 — Se vierem a ser emitidas acções preferenciais remíveis, a remissão será efectuada nas condições que vierem a ser fixadas pela assembleia geral que tiver deliberado o aumento, podendo ter direito a concessão de prémio.

ARTIGO 6.º

A administração poderá deliberar aumentar o capital da sociedade, por uma ou mais vezes, mediante novas entradas em dinheiro dos accionistas, até ao montante total de cinco milhões de euros.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá emitir qualquer tipo de obrigações, tituladas ou escriturais, nos termos da lei e nas condições que para elas vierem a ser fixadas pela administração que, para tanto, fica a ter plenos poderes.

ARTIGO 8.º

1 — Dentro dos limites legais, a sociedade poderá adquirir acções e obrigações próprias, realizando, relativamente a todas elas, as operações que a assembleia geral entender convenientes.

2 — Enquanto pertencerem à sociedade, as acções próprias não beneficiam de quaisquer direitos sociais, excepto o de participar em aumentos de capital por incorporação de reservas.

ARTIGO 9.º

O lucro de cada exercício pode não ser distribuído sem o limite imposto pelo n.º 1 do artigo 294.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo afectado ao fim que para ele vier a ser aprovado pela assembleia geral, que sobre a matéria deliberará por maioria simples dos votos presentes ou representados.

ARTIGO 10.º

A administração poderá deliberar, com o consentimento do fiscal único ou do conselho fiscal, fazer, no segundo semestre de cada ano, um adiantamento sobre os lucros distribuíveis, nas condições legais.

CAPÍTULO III**Assembleia geral****ARTIGO 11.º**

1 — A assembleia geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto ou detentores de título de subscrição que, até oito dias antes da realização da assembleia, tenham:

- a) Registado as acções na sociedade, se forem nominativas;
- b) Registado na sede da sociedade ou depositado nos cofres sociais ou em instituição de crédito, as acções, se forem ao portador;
- c) Entregue na sede da sociedade para efeito de conferirem o correspondente voto ao seu detentor, também se forem acções ao portador.

2 — O depósito em instituição de crédito prova-se por carta emitida pela respectiva instituição.

3 — Quer a carta referida no número anterior, quer qualquer instrumento de representação voluntária, de entre os admitidos por lei, terão de ser entregues na sede da sociedade até oito dias antes da realização da assembleia, para conferência pelo presidente da mesa.